

Autoritarismos e Democracia. Gritos e Silêncios. Cegueiras e paixões: sentidos ambivalentes das sensibilidades humanas e das culturas políticas.

RITA A. COSENZA*¹

Entre historiadores brasileiros, parece ser sabido, que 1964 não retorna à cena atual apenas por completar 50 anos. Assustadoramente, para alguns, é como se vissem um fantasma ganhando cada vez mais concretude. Retornar àquele período, neste texto, justifica-se por essa e outras razões. Para o objetivo do presente texto, o retorno visa destacar o como do poder.

Alguns pontos serão fios condutores para a análise: (1º) sobre aspectos de autoritarismos em relação ambivalente à noção de democracia e em relação histórica às socializações e aos conflitos vivenciados pela sociedade, no âmbito das relações de poder; (2º) sobre aspectos de sensibilidade humana, um dos elementos constitutivo das culturas políticas.

Pretende-se pensar estas questões, logicamente sem generalizações, mas permitindo se falar sobre certa predominância. Ou seja, apreendendo a sociedade brasileira, de modo geral, ainda que falando em termos abstratos. De todo modo, não se falará de consenso, pelo contrário. E, também não se falará de algo que é consciente para toda a sociedade em questão.

A hipótese inicial é que, mesmo não sendo consenso, nem sendo consciente para todos, de algum modo existiu e existe certa adesão da sociedade brasileira, tanto a de 1964 quanto a atual, a práticas de autoritarismo, desde que, sejam vestidas pela roupagem da democracia. Ou seja, predomina uma adesão a um fenômeno que se faz atuante, não como algo explicitamente entendido como autoritário. Essa hipótese ressalta, que, por mais que existam processos de opressão, repressão e imposições, inclusive, usos de violências físicas, um fenômeno como o autoritarismo político ou o sociocultural, expressa usos excessivos de poderes visíveis, mas também, e, sobretudo, de poderes invisíveis; não sendo possível consolidar autoritarismos, sem algum tipo de aceitação social, seja ela consciente ou não, explícita ou silenciosa e cega.

Iniciando a análise por 1964, alguns pontos sobre o período, se fazem relevantes de serem lembrados, não como verdades inquestionáveis. Longe disso. Mas, como interpretações de parte da historiografia, que, portanto, permitem a reflexão e o debate sobre a hipótese aqui proposta. Desses pontos, o primeiro a ser lembrado diz respeito aos apoios, que a instauração do regime militar teve em 1964. Muitos desses apoios, progressivamente, retirados, após a

¹ Professora Adjunto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

intensificação da repressão, uma vez que também passou a atingir forças dominantes, como grupos jornalísticos e o poder judiciário. E, para além dos grupos dominantes, que portam de poderes explícitos, alguns grupos, mesmo sem poderes explícitos, apoiaram o golpe e, ainda se ressalta que também existiram grupos, que mesmo não tendo apoiado, se silenciaram. Tal silêncio, em muito, se baseia nas faces implícitas dos poderes que permeiam a sociedade.

Já aqueles que gritaram contra a instauração do regime militar, o silenciamento se impôs contra eles, desta vez, por meio da face explícita dos poderes. Mas, que não se fez valer pela violência sobre a maioria, sobretudo no período inicial. E essa assertiva não quer dizer, que não houve violência, muito menos que, a violência existente foi irrelevante. Os documentos historiográficos já provaram a existência da violência e seu teor hediondo e criminoso. Não obstante, pensando a sociedade como um todo, é necessário ressaltar que, parte substancial dela se encontrava legitimando a violência explícita sobre alguns grupos, ou silenciada ou cega frente a tal violência e também frente à violência implícita sobre a sociedade como um todo, inclusive sobre os grupos cegos, silenciados e os que inicialmente a legitimou.

Mas, como muitos sabem bem, o regime militar de 1964, não se fez em nome do autoritarismo. Mas, em nome da democracia. O que explicita a questão sobre os limites do autoritarismo. Os poderes políticos, sociais e culturais foram sempre, predominantemente, autoritários, desde a origem, mas não se anunciam assim. Se anunciam como poder legítimo, soberano; necessário; paternal, civilizador, progressista. A história nos demonstra, por vários exemplos, que os poderes sempre foram repressores, nunca legítimos. Mas não se anunciam como ilegítimos e repressores. A repressão existe, por vezes explicitamente, mas num âmbito que, de modo geral, é cego a ela. A aparente contradição se esvai quando se apreende que é assim que a história da humanidade se fez. Há impotência frente às repressões, mas sobretudo é no âmbito de um conjunto cego e silenciado, que o poder se coloca, sobretudo, sobre grupos minoritários que tentam o grito. Mas, o poder também se coloca sobre a grande maioria da sociedade, que se põe, cega ou não, em silêncio. Cega, no entanto, no sentido Saramago: “penso que estamos cegos, cegos que veem, cegos que, vendo, não veem. Do mesmo modo que o inconsciente está no lapso, o olhar está nesta falha da visão” (Saramago, 2008, pp.310)

Então, o ponto da questão. Tem limites para se conseguir manter um autoritarismo e para conseguir reprimir uma sociedade. Um desses limites é a necessidade dos poderes que reprimem conseguirem não ser vistos como repressor, como autoritário. Devem conseguir não ser compreendidos assim. Se passam a serem vistos assim, começam a perder suas forças.



Enquanto são pouco os que enxergam, é fácil os suprimir. Silencia-os. Cega-os. E se não adiantar, mata-os. Agora, quando muitos deixam de ser cegos, calar ou matar explicita ainda mais o autoritarismo. As forças fragilizam, permitindo mais gritos de cegos, que passam a ver.

Neste contexto, chama-se atenção que o golpe mais certo do regime militar instaurado em 1964, foi saber sair de cena, quando já se fragilizava suficientemente. Assim, os militares saíram de cena, não o autoritarismo, tecido ao longo dos anos (na verdade dos séculos, que precederam outros regimes imperiais e militares, ao longo da formação do Estado e da Nação). O autoritarismo social e cultural, que sempre existiu na história brasileira, como muitos sabem, se mantém em grande medida até hoje.

Antes de seguir a análise, parece importante explicitar que tecer palavras como as escritas acima, para um grupo de historiadores, parece ser escrever banalidades. Realmente são. Para os que conhecem os fundamentos teóricos, que perpassam tais reflexões, não há surpresas. Não obstante, considerando os acontecimentos políticos de 2015, mesmo para aqueles que têm essas questões como claras, parece urgente que elas sejam colocadas em discussão, na intenção de continuar amadurecendo os estudos sobre o como o poder funciona, visando pensar em como desfuncionar seus veículos de propagação.

E, se o autoritarismo social e cultural se manteve em grande medida até hoje na sociedade brasileira, falar do período atual, então, não é falar dos anos que, o autoritarismo, instaurado em 1964, deixou de existir. **Falar do período atual é falar dos anos, em que foi a vez de alguns poderes precisaram se silenciar, ao menos aparentemente.** Precisaram tornar, ainda mais, invisível os mecanismos de repressão, para de uma forma resignificada, continuar se mantendo no âmbito de uma cultura que, de algum modo, ainda anda às cegas.

Um ano atrás, 2014, talvez fosse possível dizer que, depois de 26 anos da Constituição de 1988, a cultura e o povo brasileiro estivessem explicitando os primeiros vestígios de que se começava a tirar as vendas brancas dos olhos, para continuar a parodiar com o Ensaio à Cegueira de Saramago. Tirar a cegueira que é branca, pois é uma cegueira que vem se dando de modo invisível, perpassando o cotidiano vivido pela humanidade; são os “cegos que veem, cegos que, vendo, não veem” (Saramago, 2008, pp.310). No entanto, 2015 de repente chegou. E fez alguns temerem que, este ano chegasse, tal como o homem parado no semáforo, do livro de Saramago, a agitar desesperadamente as mãos, a gritar e a ameaçar, em breve, difundir o mal branco, em níveis ainda mais intensos, cegando a todos.

Historicizando um pouco mais. O historiador e cientista político uruguaio René Armand Dreifuss (1981) é considerado por alguns como autor de uma das obras mais completa para



compreender o golpe militar no Brasil. Alguns podem questionar isso. Mas essa compreensão existe por parte de alguns. O propósito aqui, é apenas se apropriar de algumas interpretações dele, para continuar colocando as presentes hipóteses em debate.

Segundo o Dreifuss, no final dos anos de 1950 e início dos de 1960, a Igreja se tornou um campo de batalha ideológica e um dos "mais influentes canais para doutrinação". Dividida, a Igreja se articulou com diferentes correntes ideológicas, que se conflitavam. Nos níveis mais baixos da hierarquia do clero, foi onde, primeiro, se apresentou, na Igreja, algumas críticas sociais em defesa do mais pobre, dos trabalhadores, dos sem terras. Outra parte da Igreja se articulou com os grandes grupos econômicos, incorporando o discurso defendido por eles e sendo contrários a reformas, que questionavam direitos, como o de propriedade privada. E, mesmo a parte da igreja, que apoiou os trabalhadores, ao menos no início, apoiaram, mas sobretudo, buscando ser um outro mediador, que não as ligas camponesas, compreendidas como ateias e comunistas. Como se sabe, a sociedade hegemônica dos anos 60 tinha como inimigo os chamados comunistas. Na verdade, os inimigos eram todos aqueles que, lutavam por outra ordem social, que para o poder dominante da época, na verdade era entendido como busca pela desordem. De todo modo, ressalta-se que, este saber dominante foi compartilhando inclusive por muitos dos mais pobres e reprimidos. Algo que ocorre até os dias de hoje. E, mesmo entre alguns dos defensores dos trabalhadores pobres, o que se buscava era defender, que eles fossem inseridos no padrão de civilização da época: o desenvolvimento urbano e industrial, mesmo no campo, levando à modernidade também para o setor agrário. Essa, foi a bandeira de civilização da época. E, tais colocações permitem avançar na questão colocada acima sobre o como a sociedade, de modo predominante, age frente a um fenômeno como o autoritarismo, que chega disfarçado de defesa à democracia.

A Igreja aqui lembrada, interessa, portanto, sobretudo como veículo de comunicação, que tem os meios para difundir um discurso, uma verdade, um poder. A Igreja, ainda hoje, mas sobretudo no contexto de 1950 e 1960, tinha um poder de socialização, de possibilidade de levar o seu discurso e construir o senso comum entre os mais pobres e entre os mais ricos. E, pensando na quantidade de analfabeto, nos anos de 1950 e 1960, mais do que a imprensa escrita (pois na época a imprensa visual era emergente), a igreja tinha um poder muito grande de influir no senso comum. Ainda tem, mas teve ainda mais. Por outro lado, deve-se lembrar também que se explodiam movimentos sociais, sobretudo no campo.



Pensar como uma sociedade reage a um fenômeno como o autoritarismo demanda não ver essas duas facetas da questão como meramente contraditórias. Por que não foram excludentes. Coexistiram. E permitem reflexões às nossas questões, inclusive para os dias de hoje.

No início dos anos de 1960, de modo predominante, a sociedade aceitava a bandeira do Brasil: ordem e progresso. E foi nesse contexto, que os conflitos se intensificaram, ainda que não homogênea nas diferentes regiões do país. E os conflitos também se deram no interior do governo vigente na época. E, Dreifuss (1981: 481-482) também chama atenção para o fato de que os empresários não são isentos de atitude política. Para eles, a política é parte intrínseca de seus negócios. Assim, esse autor destacou a participação política dos representantes dos maiores grupos econômicos existentes no país na década de 1960. E defendeu que estes grupos, buscando ter e manter poder político para influir nas diretrizes de política econômica, assumiram posição anticomunista e se articularam com intelectuais, formando uma elite orgânica, por meio do complexo IPES/IBAD. O Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), foram núcleos principais de um grupo que se movimentou social e politicamente, com maturidade através de ações sofisticadas. Núcleos de pensamento e ação de uma elite, que possuía informação e capital. Foram altos os valores em dinheiro levantados para elaborar de projetos, visando seus interesses. Tinham presença no Congresso e se posicionaram contrários ao governo de João Goulart, se articulando com os demais que estavam contrários, entre eles, os militares. Buscaram conter movimentos estudantis, operários e camponeses. E ter controle efetivo sobre a Igreja e às mulheres (como símbolos de defesa à família).

O ponto de destaque aqui é sobre difusão de valores culturais. E, já que se está falando de cultura política, ressalta-se que ela não é estática, nem surge do nada. Não é a mesma que 50 anos atrás, mas não surge sem relação com os anos anteriores. E é por isso, simplesmente, que não parece tão surpreendente, embora assustador, que os parágrafos acima descritos, sobre organizações empresariais, intelectuais, jornalísticas, religiosas, também entre cidadãos, homens e mulheres, protestando em nome da família, dos valores humanos, da honestidade e honra, e contra o comunismo, faça sobretudo o início de 2015 parecer um replay.

A socialização cultural aqui é o ponto, apreendida enquanto poder, que é interiorizado, por meio de uma verdade, que no instante que se torna naturalizada e inquestionada, também se torna como se fosse a histórica (Foucault, 2005, 2005b, 2007).

Retornando a 1964, frisa-se novamente que a instauração do regime militar foi feita, para assegurar a democracia do país, a partir das ações e ideologias de seus mentores, do complexo

IPES/IBAD, com forte apoio financeiro dos grandes grupos econômicos do país. Possuíam forte influência no âmbito da sociedade, uma vez que, a instauração do novo regime, de imediato, não despertou, na sociedade, de modo geral, receios, temores e reações contrárias. Como é argumentado por alguns, como, em dois de abril de 1964, houve nas ruas comemorações em razão da deposição de João Goulart. Empresários do IPES discutiram nomes para o novo governante do Poder Executivo do país. O General Castello Branco recebeu apoio em alguns dos maiores jornais, sobretudo de São Paulo. Em 11 de abril de 1964, o Congresso o indicou para a presidência do novo governo, que se iniciaria como mais um militar na história da república brasileira. E o foco das reformas de base passou a ser essencialmente dirigido pelo viés do desenvolvimento, não social, mas econômico da nação. Nessa época, o Brasil chegará às primeiras economias do mundo e penúltima em desigualdade social (Dreifuss: 1981, p. 421; Aquino: 1999)

O jornalista Alberto Dines, no prefácio do livro da historiadora Maria Aparecida Aquino, fala de uma sociedade convivendo com a mentira, algo próximo do que aqui está sendo feito com a analogia da cegueira. E a historiadora, por sua vez, nesse seu livro², afirma que a principal preocupação dos militares era com a questão das informações. Primeiro, se informaram sobre tudo que se passava na sociedade: construiu-se todo um instrumental repressivo e de vigilância, buscando detectar e punir qualquer sinal mínimo que fosse de ‘subversão’ de riscos à ordem. E, se preocuparam em controlar toda as informações que poderiam vir a ser divulgadas para a sociedade. Essa construção de todo um instrumental para censurar informações já é de bastante conhecimento. O que pode não ser ainda muito claro, é que a necessidade de censurar informação se dava, pois, um regime autoritário não se sustenta apenas pela violência física.

Os governos pós 1964 buscavam ocultar a existência do que mostrasse que a ordem social, projetada pelos militares, não existia (Aquino:1999:15). **A censura prévia sobre os jornais censurou, sobretudo, as notícias que tratavam da da censura, o que demonstra ter sido fundamental para os governos militares "ocultar a dimensão de seu próprio autoritarismo sob uma capa de aparente jogo democrático"** (Aquino:1999: 64-65).

Então, os pontos a serem frisados. O golpe não foi um rompante. Foi cuidadosamente pensado e instaurado em nome da ideia de democracia. Ou seja, **o poder tem limites para se impor. Se fosse ilimitado não teria necessidade de pensar, planejar, argumentar,**

² Trata-se de uma pesquisa sobre a intervenção militar na imprensa num dos maiores e principais jornais do país, O Estado de São Paulo (OESP) e num semanário alternativo, O Movimento.

protestar, conseguir aliados, estigmatizar os que se colocam contrários e ir construindo a possibilidade se efetivar. O poder tem limites para se impor. O autoritarismo só funciona se for tecido no âmbito de uma sociedade que, por várias razões, se encontra cega para outras possibilidades. Por isso não dá para falar de um autoritarismo político, sem considerar os sentidos políticos das subjetividades dos indivíduos. E subjetividade dos indivíduos não é mera opinião como se costuma entender. Subjetividades só se fazem no âmbito das relações com os outros, e isso sempre, no âmbito das relações de poderes que perpassam as culturas, de modo histórico.

A proclamação da república no Brasil se deu por um militar. Em diante, se vivenciou momentos alternados de poder pela força militar e por civis. Nessa alternância e, num momento sem os militares, relevante destacar a Constituição de 1946, que aumentou o poder de decisão política do Congresso, mas, se inicialmente este período foi marcado por alguma representatividade do Partido Comunista no Congresso, já em 1947 esse partido foi colocado, novamente, na ilegalidade. Ou seja, mesmo em um governo não militar, em tese jurídica, democrático, o Partido Comunista teve que atuar na ilegalidade; e também os sindicatos, que sempre atuaram sob forte intervenção dos governos. Nem de longe, há pretensão de entrar nesses assuntos. Mas, como hipótese, pensa-se na possibilidade de que, ser governado por um militar ou não, para a grande massa da população, pôde e pode ainda parecer ser algo, que não apresenta a distinção que, para outros grupos sociais existe. Mesmo em governos legalmente formalizados enquanto democracia, a experiência vivenciada no cotidiano por grande parte do povo foi de proibições do protesto à dita ordem. O protesto foi quase sempre apreendido como negativo, perigoso, por vezes, criminoso. Atualmente, pode-se dizer que já se tem maior visibilidade sobre essa questão. Já se legitima mais o protesto; o protesto pacífico, controlado pelo policiamento armado, por ordem daquele, que na maior parte das vezes é o alvo do protesto. Outros poderes se mantem invisíveis. O protesto não se dá contra o empresariado, ainda entendido como quem emprega e, portanto, apreendido como responsável pela produção e enriquecimento da economia da nação; o protesto também ainda não se dá contra os poderes financeiros, que faz os investimentos monetários substituir os investimentos produtivos. Essas questões ainda são bem invisíveis; não se mostram como facetas de autoritarismos, dentre os mais sérios, para a reprodução de mecanismos de repressão, numa nação historicamente marcada pela desigualdade social e econômica.

Dessas colocações destaca-se, portanto, (i) a existência, sempre, de uma resistência aos poderes, por mais fraca ou forte que seja; (ii) a existência, sempre, de práticas repressoras



e autoritárias, que sempre se fizeram presentes, mesmo em períodos chamados democráticos, ao longo da história brasileira, que inclusive teve muitos poucos momentos, formalizados como democráticos e, (iii) a existente ainda atual de práticas repressoras e autoritárias, que ainda não são, ou pouco são, alvos de protestos e responsabilização da situação vivida pela maioria dos brasileiros. Muito menos são alvos explicitamente visíveis.

Também antes de 1964 se torturam e mataram resistentes. A história brasileira foi desde suas origens e ainda é autoritária e repressora, sobretudo contra projetos divergentes aos que se fizeram predominantes. Novamente, se ressalta uma cultura política, um tanto quanto cega, que segue o culto ao colonizador. De modo nenhum, antes pelo contrário, se quer diminuir a importância do fenômeno de 1964. Num contexto de 50 anos após a instauração do regime militar e sobretudo num contexto onde passa-se novamente a falar em intervenção militar, em nome de proteger a democracia do Estado brasileiro, contra os perigos da esquerda, tudo o que não se poderia afirmar é que esse fenômeno histórico não deva ser ressaltado. Isso é algo inquestionável. Mas, sobrevalorizá-lo pode manter silenciados os mecanismos de poder, que o tornaram possível e que podem repeti-lo outra vez.

Os passos a serem dados para trás na história são fundamentais para se entender o porquê 1964 foi possível, o por que retorna no discurso recente, e também para entender a democracia que temos hoje e o lugar que a legitimidade sobre o conflito social e a visão de um outro mundo possível têm na democracia de hoje. Sendo, que nessa altura do texto, é sobretudo sobre o lugar que o conflito social tem na legitimidade do povo brasileiro, na democracia de hoje, que o presente texto pretende refletir um pouco mais. E para isso, deve-se manter ressaltado, que o poder que as classes dominantes possuem, não se consolidaram de modo incontestado. Na história brasileira, desde o período colonial, existiram vários tipos de resistência, que quanto mais uma arqueologia do silêncio, que foi imposto aos vencidos (para lembrar Foucault e outros estudiosos que seguem vertentes semelhantes), vem à tona, mais também vêm à tona o caráter repressivo da consolidação das hierarquias e de um tipo específico de configuração de poderes. Porém, se desde as origens da sociedade brasileira, há movimentos contrários a ordem, que se instaurou de modo hegemônico, por outro lado, também desde suas origens, se constitui uma cultura política predominante, que teceu uma dada visão de civilização, que física e simbolicamente se impôs, e predominou nos discursos mais explícitos, e também nos discursos interiorizados, naturalizados, que colocam em movimento práticas perpassadas por tais padrões civilizatórios, de modo menos ou mais consciente, por indivíduos menos ou mais atingidos pela cegueira branca.



O historiador E. P. Thompson (2002: 288-289), já há muito alertou, brilhantemente, sobre o fato de que “a ênfase da transição recai sobre toda cultura: **a resistência à mudança e sua aceitação nascem de toda a cultura**”. O contexto é de conflitos. Mas o conflito não é meramente entre grupos distintos. O contexto é de conflitos, que também ocorrem no interior de um mesmo grupo. E, mesmo o grupo dos críticos ao padrão civilizador dominante foi, em boa medida, socializado por esse padrão. Assim, tanto quanto os autoritarismos possuem limites, também a crítica a uma determinada cultura possui seus limites, pois seus críticos interiorizam e naturalizam parte da cultura autoritária, ainda que a critiquem, parte está invisível para os próprios críticos, que, em parte, também são contaminados pelo mal branco. Assim, muito dessa cultura criticada lhes são inerentes, de modo menos ou mais consciente.

Que fique claro que não se está negando ou desconsiderando resistências aos poderes dominantes, ao longo da história brasileira. Pelo contrário. As resistências existentes teceram mudanças fundamentais. Algumas foram reprimidas explicitamente e com violência intensa. Outras reprimidas de modo que nem deixaram vestígios para a historiografia. Outras ainda, reprimidas de modo silencioso, intensificando o poder da ordem, ao fazer alguns reprimidos, de certo modo, deixarem de lutar pela repressão e passarem a lutar para não ficar do lado reprimido. Enfatizando que, não se está dizendo que a sociedade, de modo geral, quis conscientemente a ordem. A invisibilidade dos vencidos, para manter a analogia com a cegueira, que é um outro tipo de silenciamento, foi estabelecendo qual visão de civilização tinha que vigorar e quais visões deveriam continuar sendo reprimidas. Reprimidas, algumas visões foram se apagando, novos cegos foram surgindo e interiorizando a visão dominante, hegemônica, que conseguiu se fazer visível, com seu poder de verdade, e também com seu poder de tornar invisível os mecanismos da repressão, para usar novamente Foucault (2005b). E para lembrar ainda Weber (????) e Elias (????), podemos dizer que muitos padrões civilizatórios, hoje apreendidos como legítimos, foram frutos de processos perpassados por situações de guerras, lutas e repressões físicas e simbólicas. Pensando não só a sociedade brasileira, mas a sociedade ocidental, de modo geral, sabe-se que com a formação dos Estados Modernos de Direito, o conflito social ganhou historicamente uma visão negativa. É tão forte a cultura que nos socializou, que mesmo os mais críticos ao padrão civilizatório dominante, são também, em alguma medida, favoráveis ao viés pacífico imposto aos conflitos.

Para uma vertente teórica, o impasse se choca com o fato de que o Poder Judiciário é parte do Estado, monopólio das forças dominantes. Para outras vertentes teóricas, inclusive também marxistas como as propostas por Thompson (1987; 1997) e Gramsci (1978), o



impasse se choca com o fato de que, mesmo no âmbito do Estado e do poder judiciário haverá conflitos dentre defensores de ideologias e verdades distintas. Para Thompson, os direitos e as leis instituídas não são meras imposições ou concessões feitas pelo Estado às classes dominantes. São frutos de conflitos e permitem novos (COSENZA, 2010)

Desde Weber (2000), já se pôs em questão o fato de que mesmo a classe dominante, em alguma medida, necessita justificar sua dominação, criando uma ética que a justifique. E essa construção das justificativas éticas para os comportamentos não se dá, historicamente, dissociada de persistentes fenômenos de guerras e lutas. A guerra, em socializações antigas, a política como a busca moderna por poder (WEBER, 2005; FOUCAULT, 2005B), as leis e as concepções de direitos (THOMPSON, 1997; LEFORT, 1987), influem em mudanças, mas procedem através de processos lentos, por vezes descontínuos, de lutas que são sempre entre desiguais. E há sempre grupos que partem já com um acúmulo de experiência de luta e um acúmulo de poderes sociais, culturais, econômicos e políticos (BOURDIEU: 2002). Ademais, muitas vezes, o fundamento das relações de poder não é explícito; encontra-se interiorizado na subjetividade dos atores sociais como estrutura de dominação, pela qual perpassam verdades naturalizadas, a princípio, apreendidas como inquestionáveis (FOUCAULT: 2005; BOURDIEU 2002). Todas essas questões remete a reflexão às formas distintas de conotar justiça ou injustiça às ações humanas (MOORE: 1987).

Se o processo é conflitivo é pois não há uma única verdade, uma única moral, uma única noção de justo ou injusto. E, não só os juristas, mas vários outros grupos sociais carregam em si, verdades, por vezes, aparentemente contraditórias, reflexos dos processos socializadores, que viveram as gerações antecedentes, no âmbito das lutas entre verdades distintas. E neste momento, toda a história autoritária da nação Brasileira pode ser novamente resgatada. Pois, por esse autoritarismo, a socialização da cultura política brasileira introduziu não conflitos entre verdades, mas imposições de um modo de pensar, agir e ser.

Aquino (1999) discutindo o golpe militar, como já mencionado, vai falar da questão da autocensura. Assim, se destaca também a existência de uma repressão social; o rígido disciplinamento social pode:

Proliferar seus tentáculos ramificando-se por todo o tecido social, apresentando grandes dificuldades de desativação mesmo após encerrada a sua fase institucional. Entretanto, momentos de autoritarismo estatal explícito (caso do regime militar brasileiro recente) acarretam novas heranças autoritárias para a sociedade, tornando, cada vez mais complexa, a democratização das relações sociais (Aquino:1999:17).

Ressalta-se, novamente, então, nenhuma descoberta, pelo contrário, ressalta-se algo já conhecido de muitos, mas que parece ainda necessário ser gritado em bom som.

Fomos escravocratas. Escravizamos mais de uma raça de seres humanos. Falamos que eles eram inferiores. Fizemos muitos dos nossos negros e índios acreditarem nisso. Afinal foram obrigados a viver como inferiores, de modo a novamente servir de analogia claríssima com os cegos de Saramago, vivendo no hospício. E para explorar mais dessa possibilidade de dialogar com O Ensaio sobre a Cegueira, também no tocante às índias e negras não só escravizamos, mas violentamos sexualmente, o que Saramago, em seu Ensaio, consegue escandalizar olhares, que leem sua obra, que é uma paródia da história, inclusive a brasileira.

Chama-se atenção, portanto, para o fato de que se não tivéssemos formado um povo por mecanismos sociais de autoritarismo e repressões como as que existiram, talvez os nossos militares não tivessem querido ou conseguido colocar seus canhões nas ruas e, muito menos terem sido aplaudidos por muitos brasileiros, que pelas janelas fizeram chuvas de papéis simbolizando uma comemoração, um grande dia, como nos disse Dreifuss e Aquino.

Inicialmente argumentou-se que nenhum autoritarismo é um fenômeno unidimensional capaz de se manter numa sociedade que, de modo geral, não o legitime, acreditando cegamente, que estão defendendo a ordem, o progresso, a democracia. Nem por meio da força física, nenhum governo exerce seu autoritarismo num nível excessivo, pois os massacres, em algum momento, tirariam as vendas brancas dos olhos da população. Ou seja, o autoritarismo tem seu ponto de limite, que se ultrapassado coloca em risco o que os permite existir.

Como Weber (2005), Thompson (1997), Lefort (1987), Foucault (2005b), Moore (1987), considerou a dominação social como algo permanentemente construído:

Em qualquer sociedade estratificada... existe um conjunto de limites sobre aquilo que tanto os governantes como os súditos, os grupos dominantes e os subordinados, podem fazer. Há também um conjunto de obrigações mútuas que mantém unidos os dois grupos... Tais limites e obrigações não estão assentados em constituições ou contratos formalmente redigidos, embora em sociedades que têm tal parafernália, alguns desses dispositivos - não necessariamente os mais importantes - possam ser assentados dessa maneira... O que ocorre é uma contínua sondagem entre governantes e súditos, a fim de descobrir o que eles podem efetuar impunemente, a fim de testar e descobrir os limites da obediência e da desobediência. Nenhum deles sabe exatamente onde se situam os limites, até descobrir, pela própria experiência... Todavia algum limite sempre existe; caso contrário, não haveria sociedade (MOORE:1987:39).

Pela historiografia, E. P. Thompson em seu estudo sobre direitos, na obra Senhores e Caçadores (1987), se aproxima intensamente da sociologia política de Barrington Moore, neste seu estudo sobre A Injustiça, bases sociais da obediência (1987). Os dois autores, tal como



Weber, Foucault, Lefort, Bourdieu, Luhmann parecem essencialmente elucidativos sobre essa questão dos limites da dominação. É pela experiência e pelos conflitos vivenciados, que os limites são tecidos, conhecidos, resignificados. E, reconhecido os limites de qualquer poder e de um fenômeno como o autoritarismo, sua outra face também revela limites. Por isso, se diz que autoritarismo e democracia são mais ambivalentes, extremos que coexistem, do que simplesmente contradições auto excludentes. A democracia, no momento atual é um exemplo, pois possui seus limites; carrega consigo um ideal de igualdade entre os homens, sendo ao mesmo tempo, por excelência, o espaço que permite ou deveria permitir o conflito social.

Pela cultura política vigente falar em igualdade entre os homens ganha mais ênfase e possibilidade de aceitação do que falar em conflito. Não obstante, a busca por um mundo de igualdade envolve obrigatoriamente falar de direitos e deveres. Porém, definir historicamente o que é direito e dever, envolve obrigatoriamente o conflito. Por isso, Lefort (1987), faz da democracia, um processo sempre aberto.

No entanto, a invisibilidade dessa tensão parece ser bem colocada na atual sociedade brasileira, devido ao grau de imensa desigualdade econômica e jurídica entre seus cidadãos. Mas, se pensarmos uma sociedade na qual essas desigualdades já tenham sido superadas, também nela, a democracia deixa em aberto os entendimentos sobre o que é de direito ou não, o que é justo ou injusto, pois tais entendimentos são historicamente mutáveis, e para não serem impostos a toda uma sociedade, por parte de apenas um grupo hegemônico, tal sociedade tem que estar aberta ao conflito.

Mesmo antes, para construir uma sociedade economicamente e juridicamente igual, os conflitos estão postos. Pode ser reducionista dizer que é um conflito apenas entre quem quer a manutenção das diferenças de classes e quem não as deseja. Ainda há muitos pobres, que acham os ricos merecedores do que tem e, que é justo terem mais, pois conseguiram pelo mérito próprio. Seja cegueira, alienação ou qualquer outro nome que se queira classificar o fenômeno, ele existe e gera impactos. Pois, são formas de entender uma questão, que se colocam no âmbito do conflito como verdades existentes e que podem se efetivar enquanto poder. Assim, por mais que a desigualdade econômica e jurídica seja a necessidade primária para uma realidade mais justa, não parece ser possível de ser construída antes de se ter mudanças de valor. E para uma sociedade que, desde suas origens, autoritariamente socializou a todos nos moldes de uma única verdade, de um único modo de ser e existir, as possibilidades de alterar valores não são inexistentes, mas bem lentas.

Numa sociedade como a brasileira, tamanha a desigualdade econômica e jurídica entre seus cidadãos e tamanho o nível de autoritarismo, que fundamentou sua cultura política, acabou por criar uma perspectiva tão negativa do conflito que, pouco abriu espaço para pensar sobre como ele deve ser processado. Quais os caminhos, inclusive legais, para tornar o conflito possível? Essa é uma questão que pouco foi discutida. Ao menos essa é outra hipótese que o presente texto coloca em aberto para debate.

Para Luhmann (1983), algumas regras sociais, quando encontram divergentes, podem ser apreendidas como esquisitices, comportamentos indevidos, incompreensíveis e se frequentes podem conotar alguma incapacidade de quem assim age. No entanto, segundo este autor, as estruturas sociais demandam a existência de um nível de abstração nos instrumentos de controles, que permitam surgimento de novos comportamentos não apenas como divergentes, imorais, ilegais, mas, também como comportamentos possíveis de serem assimilados, resignificados e resignificadores da ordem vigente:

Uma sociedade que se altera rapidamente, com uma grande necessidade previsível de inovações, não pode dar-se ao luxo de julgamentos tão sumários... tem que formar mecanismos que possam descobrir, também no comportamento divergente, a chance de novas estruturas... que não se deixam enganar pela aparência ilegal ou até imoral do novo, estando em condições de absorvê-lo e assimilá-lo (LUHMANN:1983:146-147).

Registra-se que, na contemporaneidade, é necessário pensar a legitimidade dos conflitos sociais, a partir da necessidade de se legitimarem pelo aspecto argumentativo, simbólico e harmônico, buscando obscurecer a dimensão conflituosa da luta social. Necessitam intervir na sociedade pacificamente, mas, causando efeitos. Causar impacto, chocar a sociedade, desvendar para ela o que pode ser óbvio, mas que não estava explícito ou estava naturalizado. A pobreza sempre foi conhecida, nunca legitimada. Perante ela, a população brasileira, de modo geral, age com resignação. O protesto, a luta dos trabalhadores, traz à tona a problemática. Faz a população pensar sobre a pobreza, conhecida, mas até então naturalizada. O protesto ganha adeptos e contrários, que disputam argumentos; a luta se torna explícita. Argumentos favoráveis e críticos vão se construindo. A necessidade do poder simbólico se mantém. A necessidade de recriar o protesto se coloca, não só para disputar com as argumentações contrárias, mas para não tornar, o próprio protesto, outro fenômeno naturalizado, pelo qual a sociedade não mais reflete.

No Ensaio à Lucidez, obra de Saramago subsequente ao Ensaio sobre a Cegueira, o autor buscou pensar uma sociedade após a cegueira, que num determinado dia de eleição,



todos vão às urnas, apenas no último instante, e sua grande maioria vota em branco. Em momento nenhum do texto, deixa explícito que tenha sido algo organizado.

Hoje ainda temos uma grande dificuldade para historicizar e considerar a resistência cotidiana, que ocorreu e ocorre sem organização, sem partido, sem bandeira explícita, sem movimento de grupos. E, por mais que possa parecer que a maioria ainda está cega, sempre há alguns que conseguem manter-se mais atento e ativo. São sempre passíveis de acordarem “suicidados”, como ocorre com a protagonista dos Ensaios de Saramago, já no momento após cegueira. De todo modo, hoje parece que a um número maior de olhos abertos para essas questões. E parece que se abre, aqui, um largo espaço para pesquisas contemporâneas.

Retornando a 1964, o Estado militar não se impôs, explicitamente, de modo repressor diante de toda à sociedade. Reprimiu explicitamente alguns grupos sociais. Torturou e matou aqueles que enxergavam, no meio de todos os demais cegos, uma outra possibilidade de mundo. Inclusive, cegos, também, os próprios torturadores e militares. Longe de defende-los, pelo contrário; ao dizer cegos, não se diz necessariamente sem consciência do que fazia. Mas conscientes, a partir de uma ótica, de uma visão de mundo, que hoje já pôde ser resignificada, apreendida por alguns como criminosa, pois desumana, que trata os seres humanos como bichos. E Saramago, que colocou em seu Ensaio sobre a Cegueira, guardas bastantes hostis e cruéis, no hospício cujos cegos ficaram internados, na verdade, presos, teve muita sensibilidade para retratar essa desumanidade. Ele que, em muitas de suas outras obras, dá aos cães e às formigas, uma valorização que ele não consegue dar a alguns homens, como no caso de torturadores, algo que fica explícito em outra obra, seu primeiro romance, Levantando do Chão, clássico para falar de literatura sobre autoritarismo e trabalhadores, que buscam se rebelar em busca de seus direitos.

Voltando à história brasileira, ao longo de boa parte dela, ter direitos reconhecidos por lei, a despeito de se realizarem na prática das leis, eram e ainda são, os principais veículos, que reconhecem os cidadãos como legítimos reivindicadores de questões políticas. Entretanto, praticamente nunca, ao longo da história brasileira, se reconheceu direitos para se poder para pressionar o cumprimento das leis e políticas. Questiona-se, então, a existência de regulação jurídica sobre os direitos de lutar; de se manifestar, de protestar em prol do cumprimento dos direitos e em prol da institucionalização de novos direitos que se façam desejáveis.

A democracia só tem sentido se ela não estimula um único jeito de ser e viver. Deste modo, na pluralidade das possibilidades, os conflitos de interesses aparecerão. E, a



democracia se consolida quando abre espaço para os conflitos, sem estigmatizá-los como desordem e desvio do que deveria ser.

Estaria isso mudando? Quando em agosto de 2013, 49 anos depois do golpe de 64, milhares de pessoas foram as ruas e, todos que tentaram inicialmente criticar o movimento, tiveram certa dificuldade. O que não quer dizer que não houve quem criticasse e que não houve tentativas, inclusive, de punir os manifestantes. De todo modo, não há espaço e intenção de aprofundar essa questão em si. Mas, o propósito é tentar mostrar que 1964 não teria existido sem toda a história que tornou possível atos autoritários como aquele. Também aqui a intenção é deixar, ainda que por meio de um fragmento de uma obra fictícia, explicitado que os movimentos de 2013 demonstram uma história muito mais remota, no tocante à luta da humanidade para ampliar os direitos e reduzir os poderes monopolizados por alguns grupos.

E, para além do direito ao conflito, pensa-se, cada vez mais que, os sentimentos humanos precisam se humanizar mais, para ser possível acabar com crueldades de todas as ordens. Guerras religiosas, étnicas e culturais ajudam exemplificar que igualdade econômica não necessariamente acaba com a facilidade de o homem ser cruel com o outro. Enquanto os sentimentos humanos não se enriquecerem, as democracias não serão feitas de conflitos que permitiram uma diversidade sadia, mas serão processos vazios e retóricos, num âmbito histórico ainda predominantemente perpassado por maldades.

Já caminhando para o fim, quero lembrar então mais do que os movimentos de março de 2015 onde se explicita publicamente alguns novos apoios a retorno de intervenção militar, mas os movimentos de agosto de 2013, quando todo um grito deu um passo mínimo, mas que não deixa de ser relevante para os movimentos que buscam romper com uma história de silenciamento. Se os movimentos de agosto de 2013, iniciaram pelo aumento da passagem de onibus logo se gritam como muito mais amplos, para explicitar todo um conjunto de angústias, injustiças e reivindicações sociais. O que permite ainda mais

No entanto, para esses conflitos existirem num contexto de humanidade é preciso antes de tudo restituir os seres humanos de dignidade. É a única coisa que eu consigo pensar para pensar a democracia hoje; para pensar em lutar por um outro mundo sem riscos de nos mantermos cegos aos autoritarismos de todas as ordens, inclusive aqueles mascarados de democracia

Um longo trecho do Saramago, nos permitirá ilustrar que, por detrás das lutas por direitos de alguns trabalhadores, de alguns indivíduos, há uma luta que é essencialmente por dignidade. Não é por algo pontual. Não é por vinte centavos, como em agosto de 2013



Isso me permitirá defender a ideia de que romper com o autoritarismo é um processo longo de construção de uma democracia que vá muito para além da sua perspectiva política e jurídica. É necessária uma democracia também econômica. E, sobretudo uma mudança de valores tidos como o que faz de um homem alguém digno. Por que é quando conseguirmos ter entrojado em cada indivíduo um valor mais humano, que nos permita realmente ENXERGAR o outro, sem necessidade de se ver como melhor, só então é que não veremos mais sentido em humilhar para se mero prazer. Falar em democracia e autoritarismo parece insuficiente se a discussão pensar apenas economicamente, socialmente, juridicamente e esquecer de pensar o próprio homem em si.

Freud já nos deixou caminhos para pensar muito sobre características do homem, como por exemplo, sua dimensão sádica e também masoquista. Outro ponto que não há como entrar em profundidade de análise, mas que é de fundamental relevância ser referenciado.

Embora, o trecho que se segue traga a questão da fome e combatê-la seja essencial para a sobrevivência, a intenção neste momento, , há várias outras razões, além da fome, mas a outras razões. E, ressaltar esse trecho é enfatizar mais a maldade humana do que a necessidade de subsistência. Pois com pouca comida, muitos ainda vivem num mundo de pobreza de todas as ordens. Mas, para superar esse mundo de pobreza, parece que a maldade humana é o elemento que mais tem que ser eliminado. Alguns podem alegar mas sem a necessidade de subsistência de alguns não poderiam ter feito maldades. O debate está posto já há muito tempo na verdade, nas áreas de humanas. Eu tenho minhas dúvidas. Acredito que o contrário é que se dá. O homem só produziu a fome de alguns por haver em si maldade. Acreditar que podemos construir uma outra cultura política parece ter que passar por caminhos que sejam realmente capazes de chocar, de emocionar, e com isso retirar alguns tarjas brancas dos olhos. Pois, enquanto até alguns pobres, na nossa atual democracia, preferirem um carro novo ao respeito a si e ao outro.... cegos assim... suficiente terminar com as reticências...

, enquanto houve uma pobreza interna deste, vendo o dominante como o herói. Os estados unidos como o país modelo. a pobreza interna não nos permitira consciência de nossos próprios desejos e continuaremos nos sentindo culpados por não termos conseguido ser o herói. Assim legitimamos mesmo inconsciente o poder do outro e aceitamos nosso fracasso, afinal se não me tornei o tio patinhas não mereço o que o outro tem. Freud não pensou na desigualdade política, econômica e social, mas permite uma analogia perfeita.



FOUCAULT. Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2005

FOUCAULT. Michel. **Em Defesa da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005b

FOUCAULT. Michel. **História da sexualidade. O uso dos prazeres**. Volume 2. São Paulo: Edições Graal, 2007

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978

THOMPSON. E. P. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

THOMPSON. E. P. [1924-1993]. **Senhores & Caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o espírito do capitalismo**. Duas Vocações. São Paulo: Pioneira, 2000

WEBER, Max. **Economia e Sociedade. Volume 2**. São Paulo: Editora Ática, 2005